



A DOUTRINA IUGOSLAVA DE DEFESA TOTAL

Anton Alex Bebler

Datado de 1º de fevereiro de 1988, o Professor Anton Bebler submeteu o presente artigo ao Redator-Chefe de A Defesa Nacional. Escrito em inglês, ele foi traduzido por Kathleen Mary Diodate, tradutora pública juramentada. A matéria enfoca as condicionantes consideradas na formulação da atual doutrina militar iugoslava e nos fornece dados para apreciação da conjuntura desse país singular, de importância estratégica reconhecida no teatro de operações europeu. Enfoca, igualmente, a dinâmica da formulação de uma doutrina militar, caracterizada por permanentes mutações, de forma a adaptar-se às transformações do meio a que se destina.

Duas áreas importantes das atividades humanas – a política e a estratégia – convergem na formulação do complexo de princípios, normas e prescrições denominado doutrina militar nacional (Estado). Nem todos os Estados atuais já elaboraram e codificaram tal conjunto. A par do nível de minudência, cada doutrina militar (de defesa) mesmo implícita, reflete e resume os mais importantes elementos da en-

grenagem civil-militar de uma determinada sociedade. Essa consideração geral se aplica também à Iugoslávia.

Este Estado socialista não-alinhado, de dimensões modestas da Europa Sudeste, às margens do Mar Mediterrâneo, possui uma doutrina de defesa não-nuclear, assim como a maioria dos Estados contemporâneos. Sob alguns pontos de vista essa doutrina é *sui-generis*; sob outros, assemelha-se às doutrinas

de Estados tão diversos como a Suíça, Suécia, Israel, Coréia do Norte e Vietnam.

O sistema iugoslavo foi descrito, por alguns autores, como uma espécie de defesa territorial (por Adam Roberts, por exemplo). A expressão *guerra territorial* foi empregada, no princípio da década de 1950, pelo menos por um estrategista iugoslavo de competente autoridade (o Tenente-Coronel General D. Kveder), o qual, então, pleiteou a adoção de uma doutrina militar semelhante àquela atualmente em uso. Hoje em dia, entretanto, essa designação da doutrina militar iugoslava não é totalmente adequada. A defesa territorial em profundidade, é prefigurada pelos estrategistas iugoslavos somente nas circunstâncias mais graves e como uma necessidade abominável, em caso de extremas dificuldades. Mesmo assim, o aspecto da territorialidade deve ser considerado, quando praticável, no contexto de combates circunscritos frente a frente com o inimigo, e também, da manutenção de territórios livres ou liberados, por motivos políticos e logísticos. É duvidoso se o aspecto da territorialidade é, na verdade, o sustentáculo principal da doutrina de defesa iugoslava, embora seja, indubitablemente, o mais importante. As mesmas considerações dizem respeito ao significado da territorialidade quando se refere à participação em massa da população num esforço de guerra.

Ademais, o termo *defesa territorial* tem sido utilizado na Iugoslávia desde o início de 1969 para designar o segundo componente das forças armadas. Eis que a defesa territorial é considerada, na Iugoslávia, como um só dos instrumentos do sistema de defesa e, caso necessário, da resistência total. Entretanto, trata-se, parcialmente, de um problema de semântica.

A doutrina de defesa da Iugoslávia tem sido, há muito tempo, necessariamente de natureza não-nuclear porém, subsequentemente, tornou-se assim por opção consciente. Tendo dominado a perfeita tecnológica e possuindo quase todos os materiais e instalações necessárias para isto, a Iugoslávia teoricamente está em condições de produzir, desde 1982-1983, seus próprios dispositivos atômicos, à razão de 12 a 15 por ano. Entretanto, em consequência de ter aderido à Interdição Parcial de Testes (15 de janeiro de 1964) e ao Tratado de Não-Proliferação (4 de março de 1970) e ter assinado o acordo de ressalvas com a Agência Internacional de Energia Atômica (28 de dezembro de 1973), a Iugoslávia renunciou a esta opção. Na ocasião de ratificar o Tratado de Não-Proliferação, o governo iugoslavo declarou que considerava ainda indispensável a interdição da elaboração, produção e emprego de armas nucleares e a destruição de todas as reservas dessas armas, a fim de salvaguardar a paz duradoura e a se-

gurança internacional. O governo era de opinião que a responsabilidade maior pelo progresso nesse sentido residia nas potências nucleares, e que as mesmas deveriam comprometer-se a não empregar armas nucleares contra os países que se tinham renunciado, nem contra os estados que não as possuía (inclusive a Iugoslávia, é desnecessário dizer) nem ameaçasse empregá-las. Chegando-se à conclusão da relutância aparente das potências nucleares em negociar, seriamente, a interdição total das armas nucleares, e diante das sérias dificuldades havidas com o maior membro do Clube de Fornecedores de Armas Nucleares (relativo à aquisição de equipamentos e *know-how* da Westinghouse para a primeira instalação nuclear da Iugoslávia em Krško, Eslovênia), em 1967-1977 a Iugoslávia reatou, em princípio, o assunto da possível aquisição de armas nucleares no futuro. O Coronel-General I. Kikoč, reformado, Y.P.A., declarou naquela ocasião: "Depende de nós somente em último caso, se a Iugoslávia será constrangida a levar em consideração a possibilidade de adquirir a bomba A, ou até a iniciar sua produção. É fato notório que somos e permanecemos partidários resolutos da política do desarmamento, mas do desarmamento para todos" (transcrito na revista *Sobrevivência*, vol. XX, nº 3, 1977, p. 128). Desde então, não tem havido debate sério registrado sobre

essa questão, pois prevalece, ainda, o ponto de vista de que a aquisição de armas atômicas prejudicaria mais a Iugoslávia do que um possível agressor.

A doutrina militar atual decorreu do desenvolvimento da sociedade iugoslava e do seu sistema de defesa. Alguns antecedentes podem ser encontrados na longa história das nações que compreendem a Iugoslávia de hoje. As nações iugoslavas utilizaram e elaboraram alguns elementos de defesa semelhantes àqueles da Iugoslávia, porém dentro de um ambiente interno e internacional bem diferente, menos desenvolvido e unido, e num nível muito inferior de armamentos e organização.

Essas nações lançaram mão, de tempos em tempos, de elementos de "guerras do povo", em lutas para a libertação nacional e durante insurreições em massa. Na história moderna, esses recursos foram postos em prática na Sérvia, em 1808 e 1815, na Herzegovina, em 1852-1862 e em 1882, e na Macedônia, em 1903, principalmente contra os turcos e austro-húngaros. Dois principados balcânicos (mais tarde tornaram-se reinados), a Sérvia e Montenegro, também mantiveram exércitos do povo de tipo milícia territorial, além das forças oficiais, na segunda metade do século passado. Os socialistas serbos, S. Marković e D. Tucović, prognosticaram algumas idéias incorpora-

radas hoje na doutrina militar da Iugoslávia.

Os antecedentes históricos mais imediatos e próximos, porém, encontram-se nas atividades do Partido Comunista da Iugoslávia e na Guerra de Libertação Nacional em 1941-1945. O Movimento de Libertação Nacional idealizou uma série de expedientes freqüentemente desenvolvidos hoje em dia, na luta contra os exércitos de ocupação alemão, italiano, húngaro e búlgaro, como também contra os "quislings" (traidores internos). Durante a guerra, os objetivos preeminentes da libertação nacional e o soerguimento do Estado iugoslavo aniquilado e desmembrado eram estreitamente vinculados às metas socialistas revolucionárias patrocinadas pelo Partido Comunista da Iugoslávia – principal organizador da resistência. O Movimento de Libertação Nacional contava, particularmente na segunda fase da guerra, com a participação relativa da massa da população. Embora o movimento tenha sido, objetivamente, parte da coalizão anti-Eixo, na primeira metade da guerra ele era exclusivamente autônomo e, na segunda metade, quase que autônomo no território da Iugoslávia. Desde 1943, o movimento aceitou assistência militar dos britânicos e, de 1944 em diante, também dos soviéticos, principalmente para a libertação da Ilha de Vis e de Belgrado.

O Movimento de Libertação

Nacional contava com o esgotamento, a longo-termo, das tropas de ocupação e de seus aliados locais. Era ativo na maior parte do território da Iugoslávia antes da guerra e próximo ao seu término, e também nas áreas confinantes com os estados vizinhos onde havia minorias de nacionalidade iugoslava. Algumas instituições, instalações e unidades do movimento estabeleceram-se e funcionavam, com a permissão dos aliados e sob seu controle, também na União Soviética, Oriente Próximo, África do Norte e Itália.

Durante a guerra, o Movimento Nacional de Libertação desenvolveu um sistema bem difundido, versátil e extenso, que interligava os componentes armados e não-armados; uma organização política nacional de vanguarda e seu núcleo bem disciplinado; unidades extrateritoriais do futuro exército permanente; unidades territoriais do tipo milícia, unidades para a autodefesa local etc. Sob as condições predominantes dos diversos regimes de ocupação (alemão, italiano, húngaro, búlgaro, mas diversos regimes de Quislings), esse sistema atingiu um alto nível de coordenação e espírito de equipe, de um lado e, por outro lado, aproveitou as diversidades históricas, nacionais e culturais e outros tipos de variedades regionais. Assim, o Exército Nacional de Libertação tinha desenvolvido unidades operacionais multinacionais su-

bordinadas ao Estado-Maior Supremo do Marechal Tito, como também componentes nacionais e regionais até as categorias de divisões e corpos, com seus Estados-Maiores, corpos de oficiais, linguagem nacional de comando, escolas militares, serviços de retaguarda etc. O Movimento Nacional de Libertação utilizava, criativamente, quase todas as formas conhecidas de luta armada e resistência não armada, especialmente a primeira. A partir das táticas diversas de atacar e ocultar-se, os destacamentos de partisans e, posteriormente, as unidades militares normais passaram ao ataque frontal e combinado e, até o final da guerra predominou esse tipo de ataque para os quatro exércitos.

Mesmo naquela época (fim de 1944 e 1945), alguns elementos, herança da libertação nacional, foram moderadamente revisados e afastados. Isso foi feito em consequência, em parte, da forte influência soviética e da ávida imitação, por parte dos iugoslavos, do vitorioso exército permanente dos aliados, profissional e tecnicamente mais eficiente. Essa tendência de afastamento da herança adquirida na guerra manifestou-se na crítica, na ridicularização e até na rejeição do partianismo (*partizanstina*) e, finalmente, no licenciamento, até junho de 1945, de todos os elementos da organização militar do movimento de libertação, exceto o exército permanente (o exército da

Iugoslávia), na dispersão de todas as unidades nacionais e do Estado-maior, e na mais estreita centralização, homogeneidade, hierarquia e restrição social nas fileiras militares, e no estabelecimento de um quase monopólio do Estado federal na área da política de defesa e segurança. A nível de doutrina, essas mudanças foram acompanhadas da ênfase predominante da guerra com ataques frontais, enquanto que, no que concerne à política, instituiu-se uma íntima cooperação com as Forças Armadas Soviéticas e houve uma coordenação maciça com as *democracias do povo* de outros países da Europa Oriental, por intermédio de uma série de acordos bilaterais sobre colaboração e assistência mútua.

O embate com Stalin (tornado público em junho de 1948), a subsequente expulsão da Iugoslávia do bloco soviético, o bloqueio político e econômico, ameaças diretas, pressões militares (2.519 incidentes de fronteira, até 1º de novembro de 1951, diversos exercícios militares importantes e manobras em massa de tropas próximas às fronteiras da Iugoslávia etc.) e a real possibilidade de uma invasão geral (confirmada mais tarde por diversos porta-vozes) gerou uma reavaliação crítica e a busca de uma doutrina militar moderna, feita sob medida para as necessidades da Iugoslávia. O ponto de partida político de tal doutrina foi a política estrangeira fora de bloco (mais tarde

denominada *não-alinhamento*) e uma estratégia específica de desenvolvimento interno expressa na completa descentralização, a propriedade política preponderante e a auto-administração institucionalizada. Devido, em parte, a melindrismos, a elaboração de uma doutrina de defesa especificamente iugoslava levou consideravelmente mais tempo do que a preparação da ideologia política correspondente (a auto-administração socialista foi declarada em 1949-1950) e da política estrangeira (o não-alinhamento foi publicado em 1956-1961). A atual *doutrina de defesa de todos os povos* ficou sendo oficial em princípios de 1969.

A doutrina militar iugoslava é fruto de esforços cultivados de longa data, e nela participaram muitos indivíduos, tanto civis como militares. No caso de precisar assinalar uma só pessoa como contribuidor preeminente, indubitavelmente seria escolhido o falecido Marechal Josip Broz-Tito, que foi seu Comandante-Chefe durante cerca de quarenta anos. Ele dirigiu e influenciou, decisivamente, seu desenvolvimento com todos os seus emaranhados. É difícil subestimar o papel de Tito nas políticas militares da Iugoslávia, desde 1941 até sua morte em 1980.

Diversos grupos distintos de oficiais, com funções em parte coincidentes, contribuíram para a elaboração da parte profissional-militar da doutrina: os ofi-

ciais graduados do Exército Real pré-guerra que se alistaram no Movimento Nacional de Libertação ou no Exército iugoslavo (funcionaram como professores nas escolas militares do pós-guerra e desempenharam cargos especializados no Ministério da Defesa); o grupo, pequeno mas influente, de trinta e um generais que foram veteranos da Guerra Civil Espanhola; o grupo de comandantes a princípio escassamente instruídos, em média, porém, em número, o maior grupo que se tornou preeminente durante a guerra; oficiais com experiência e instrução adquiridas em exércitos estrangeiros (o maior desses grupos, de longe, tinha combatido ao lado dos soviéticos; mas havia também oficiais que combateram ao lado dos britânicos, dos franceses e na resistência italiana etc.) e, por último, havia os quadros nacionais do pós-guerra. Em correspondência a esses grupos heterogêneos, havia as camadas principais dotadas de experiência militar, responsáveis pela doutrina militar iugoslava contemporânea: a proveniente da Guerra de Libertação Nacional (principalmente na forma de guerrilha e guerra combinada); a dos militares com experiência mais antiga (serbos, montenegrinos e iugoslavos da pré-guerra); a dos militares que adquiriram experiência e/ou receberam influência no estrangeiro (soviéticos, franceses da pré-guerra, alemães da época da guerra, americanos do pós-guer-

ra, vietnamitas, árabes, israelenses e outros); e a dos militares que ganharam experiência nacional na época do pós-guerra. O peso e importância relativos dessas camadas modificavam-se com o decorrer do tempo.

As primeiras tentativas de afastamento da doutrina militar de 1945-1947, tão marcadamente influenciada pelos soviéticos, ocorreram no final desse período de estreita colaboração soviético-iugoslava. Essas tentativas tomaram a forma de hesitação semi-oficial, ao copiar-se o modelo de doutrina soviético, de dúvidas quanto à utilidade de alguns postulados doutrinários no ambiente iugoslavo e de tubulações relativas à reafirmação das experiências na Guerra de Libertação Nacional como a fonte principal da doutrina. Essas manifestações moderadas vieram a ser um dos pomos da discordia nas relações soviético-iugoslavas, que culminaram na retirada dos conselheiros militares iugoslavos em 1947. A crise política que se verificou como consequência acentuou a pertinência das questões doutrinárias militares nas novas e inesperadas condições de isolamento político e militar. A emancipação doutrinária e ideológica refletiu-se nas mudanças de uniformes, nos nomes diferentes a diversas categorias militares e outras modificações, a partir daquelas inspiradas pelo soviéticos até as novas, porém diferentes dos costumes iugoslavos

da pré-guerra. O processo da revisão dos postulados dotados anteriormente e a chegada a uma nova síntese foi muito lento e marcado de interrupções e desvios, originados por uma série de motivos subjetivos. No todo, o processo durou cerca de vinte anos. Alguns observadores perspicazes dividem esse período em dois: 1948-1958 e 1958-1969.

Durante o primeiro período, o Marechal Tito autorizou a criação do semi-secreto Estado-Maior de Destacamentos de Partisanos da Iugoslávia, além do Comando do Exército Iugoslavo. Ele foi comandado por um membro do Politbureau CPY, S. Vukmanović-Tempo, um político civil, M. Todorović foi o Comissário Político e o General da Ativa R. Primorac foi o Chefe de Estado Maior. Os destacamentos deveriam combater atrás das linhas de frente, na retaguarda do exército invasor. Essas unidades existiam somente na teoria, porém possuíam depósitos escondidos e armamentos, munições e alimentos e jamais fizeram manobras. Mesmo dessa forma, a organização foi desmobilizada no verão de 1953, logo após a morte de Stalin.

O trabalho mais inovador sobre a doutrina militar daquela época foi o *Guerra Territorial em Assuntos Estrangeiros*, escrito pelo Tenente-Coronel General Dusan Kuede, em outubro de 1950-1953. Debates doutrinários prolongados sobre a relação entre a guerra na linha de frente

e a guerra de manobras terminaram por volta de 1958, com a aceitação oficial dos princípios da defesa flexível combinada, ativa e de fácil manejo, e com a decisão de estabelecerem-se unidades de partisans no Exército Permanente iugoslavo, no caso de estourar a guerra.

A decorrência decisiva entre os dois perfodos de desenvolvimento doutrinário foi a adoção pelo Estado-Maior, em 1958, de dois documentos secretos (*Drvar-I* e *Drvar II*). A expressão "doutrina de guerra para todos os povos" foi neles usada pela primeira vez. Seu principal autor foi o Coronel-General Bogdan Orescanin, àquela época Chefe da Primeira Seção do Estado-Maior. Ele foi assistido pelo General Ivan Rukavina, chefe da Segunda Seção àquela época, como também por uma série de outros oficiais de alta patente, que foram promovidos regularmente durante a guerra. Embora fossem oficialmente aprovadas, as idéias do General Orescanin não puderam ser infundidas dentro do Exército Permanente iugoslavo, devido às sérias reservas expressas internamente a seu respeito pelo General de Exército Ivan Gošnjak, Secretário de Estado para a Defesa Nacional e por um grupo de generais influentes, seus assistentes.

Posteriormente, o General Orescanin foi reformado e designado (como o foi também o General Kueder anteriormente) para uma embaixada afastada. Não obstante, foram realizadas

algumas mudanças compatíveis com suas idéias: os manuais militares foram revisados e atualizados algumas unidades e serviços do Exército Permanente iugoslavo foram reorganizados, tarefas ligadas à mobilização foram parcialmente transferidas às administrações civis, foram realizados os primeiros passos para o estabelecimento de brigadas (ligeiras) de partisans do exército Permanente iugoslavo, de batalhões de trabalhadores, conselhos de defesa nacionais etc. (O Conselho de Defesa Nacional, órgão assessor do Comandante-em-Chefe, foi formado vários anos antes.) Outrossim, pela primeira vez, a rendição foi proibida na Constituição Federal de 1963 (Artigo 254).

Os principais motivos externos dos reajustes doutrinários foram a deterioração das relações com a URSS e com todo o bloco oriental. Esse movimento foi interrompido uma vez mais, por volta de 1963, quando as relações melhoraram ciclicamente e as ilusões políticas dentro da burocracia iugoslava foram reacendidas. Entretanto, mudanças importantes e de grande alcance tornaram-se necessárias na política de defesa da Iugoslávia, não apenas pelos desafios externos e sua modesta base econômica mas, também, pelas crescentes pressões para a realização de mudanças no seu sistema político. Essas pressões manifestaram-se como severas críticas à burocracia e à

ineficiência, particularmente a nível de governo federal, da centralização excessiva e do tratamento preferencial do governo federal, e de sua negligência quanto às necessidades econômicas etc. de algumas regiões. Uma reavaliação realista do potencial de defesa da Iugoslávia fez com que numerosos críticos, também dentro dos círculos profissionais militares argumentassem a favor da abolição do monopólio do exército permanente e da ampliação da base social do sistema de defesa. Esses argumentos sustentavam a descentralização econômica, a autonomia do governo local e das empresas, e apoiavam as exigências dos *autonomistas* republicanos de direitos mais amplos e um quinhão maior dos recursos federais. Por outro lado, alguns generais influentes, em reuniões secretas principalmente, manifestavam sérias dúvidas quanto à necessidade real de uma mudança de sistema, quanto às despesas e à eficiência dos exércitos do tipo milícia (particularmente de alto nível tecnológico), os riscos para a segurança nacional inerentes à mais larga participação da população na defesa e à ampla disponibilidade de armas, sob condições de um estado multinacional heterogêneo etc.

O embate nesses debates doutrinários foi rompido por uma ocorrência política interna e duas externas. A demissão, em julho de 1966, do Vice-Presidente A. Rancović abriu caminho

para as reformas de instituições federais e para mudanças nas relações entre a burocracia federal e os órgãos federais constituintes, como também no aparato central do partido dominante. Uma das consequências indiretas dessas mudanças foi uma revisão radical da alta cúpula do Ministério da Defesa. Em junho de 1967, o destacamento iugoslavo das forças das Nações Unidas na região do Monte Sinai testemunhou o drama da Guerra dos Seis Dias entre Israel e diversos Estados Árabes. O evento confirmou a real possibilidade de empreenderem-se guerras convencionais locais também em localidades sensíveis e estrategicamente importantes, mesmo em casos onde os interesses das superpotências estivessem em jogo. Em consequência, evidenciou-se que a posição geopolítica sensível da Iugoslávia não garantia sua segurança e, portanto, o país deveria considerar, seriamente, a existência do perigo de um ataque convencional contra si.

A ocupação da Checoslováquia, em agosto de 1968, confirmou a supracitada possibilidade. Outrossim, as seqüelas da teoria semi-oficial soviética sobre a "soberania restrita" dos estados socialistas não foram desdenhadas pelos líderes iugoslavos, que prontamente mandaram proceder a uma reavaliação da capacidade de defesa do exército iugoslavo permanente. Os tanques soviéticos

nas ruas de Praga foram a gota d'água que provocou uma profunda revisão da doutrina de defesa iugoslava. As ilusões que ainda perduravam sobre a natureza do bloco oriental finalmente se esvaeceram.

Os líderes iugoslavos expressamente convocados ao retiro do Marechal Tito, na Ilha Brioni, ouviram avaliações sinistras apresentadas pelos oficiais de maior patente. Entretanto, a notícia desencorajante teve efeitos criativos e galvanizantes. A reação do Marechal Tito foi muito rápida. Em conformidade com suas ordens, poucos dias depois os comitês centrais nas capitais republicanas e regionais começaram a organizar unidades da milícia e, até os fins de novembro de 1968, conformou-se a defesa territorial.

Debates animados, e às vezes calorosos, sobre a doutrina de defesa da Iugoslávia e a correta organização do sistema de defesa do país ocorreram no outono de 1968. A novidade foi que, pela primeira vez na nova Iugoslávia, os debates foram iniciados e prosseguiram com a participação ativa de políticos civis. Os mais dogmáticos e dinâmicos entre eles eram os líderes, um tanto mais jovens, da Croácia e Eslovênia. Eles foram os primeiros a utilizar em público, em outubro de 1968, diversos termos-chave da nova doutrina. Com o apoio dos políticos mais importantes e de maior influência, E. Kardelj e V. Bakarić, persuadiram o Marechal Tito.

Ademais, a causa da defesa popular ganhou largo apoio público na maior parte do país. Foram expostas numerosas idéias relacionadas com a defesa. Aquelas pertinentes à estrutura mais adequada do sistema de defesa podiam ser divididas, aproximadamente, em três grupos alternativos de propostas: 1) Forças Armadas compreendendo um exército permanente federal e uma milícia do partido; 2) Forças Armadas largamente descentralizadas, compostas de milícias territoriais organizadas em todas as unidades federais e complementadas por um pequeno núcleo permanente, para o treinamento de serviços técnicos altamente intensivos e que requerem empenho (Força Aérea, Marinha, unidades blindadas e de artilharia etc.); 3) exército federal permanente ampliado e dotado de uma reserva mais habilitada. A consequência das contrapressões foi a combinação de elementos de todos os três grupos - um exército federal permanente mais eficiente, uma defesa baseada em cada região com vínculos institucionalizados para o Estado-Maior republicano (regional).

O conjunto de princípios gerais correspondentes foi batizado "a doutrina da defesa do povo". Diferia da designação anterior (1958), que ficou obsoleta, em diversos aspectos importantes. Empregando a palavra *defesa*, ao invés de *guerra*, seus criadores desejavam acentuar a oposição geral e ativa à guerra

como tal e, em segundo lugar, a utilização contemplada de um espectro de resistência muito mais amplo significava a transcendência da guerra clássica e do exército permanente convencional. O novo título também enfatizava o fato de que as Forças Armadas iugoslavas deveriam ser utilizadas exclusivamente para a defesa, e somente no território da Iugoslávia ou para fins da preservação da paz junto às Nações Unidas. A nova doutrina reconhecia, expressamente, a individualidade das nações iugoslavas e sua composição federal, incorporadas nos esforços conjuntos canalizados construtivamente. Essas características encontraram sua expressão institucional na esfera militar, ao ser estabelecido, em 1968-1969, o Estado-Maior Nacional (republicano e regional) para a Resistência do Povo. Essas designações lembravam a experiência dos partisans durante a guerra, como o fazia o restabelecimento (somente na Defesa Territorial) da instituição dos comissários políticos. A fim de salientar o nexo direto Defesa Territorial - Partido Republicano (regional), os primeiros comissários políticos, ao nível de unidades federais, eram secretários de comitês centrais (regionais) do LCY. Subseqüentemente, essas características foram moderadas: títulos oficiais foram substituídos (ficando Estado-Maior da Defesa Territorial Regional-Republicano), comissários políticos foram substitu-

dos por assistentes dos comandantes para assuntos políticos (como no Exército Permanente Iugoslavo) e essas posições ocupadas pelos membros comuns dos comitês centrais (regionais) etc.

Não era coincidência que a idéia de defesa territorial aparecesse originariamente e tivesse a maioria de seus protagonistas na Croácia e Eslovênia. A própria expressão foi atribuída ao General do Exército reformado Ivan Rukavina, o qual, em 1968-1969, serviu como assessor militar aos líderes do partido croata. O conceito lembrava vagamente o Landwehr (Honved) Austro-Húngaro (chamado Demobranstvo na Croácia sob os Habsburgos). Durante a primeira guerra mundial, o jovem Josip Broz, em pessoa, serviu com distinção como oficial sem patente Domobran.

Ainda mais importante, as ocorrências dramáticas de 1968-1969 revigoraram vários tópicos da experiência do tempo de guerra que tinham sido esquecidos e postos de lado durante o quarto século anterior. Em certo sentido, a doutrina iugoslava de defesa fez com que os partisans retomassem as suas raízes, porém a um nível superior de desenvolvimento social, político, econômico e tecnológico. O Marechal Tito declarou, em 1969: "Nosso conceito atual da defesa para o povo representa apenas a aplicação, consequente e denodada, da grande experiência

da Guerra Nacional de Libertação às condições de hoje."

A doutrina de defesa iugoslava, em sua forma atual, foi adotada pelo 9º Congresso do LCY em março de 1969. O Congresso declarou que "o fortalecimento da defesa de todos os povos é a única e, ao mesmo tempo, a maneira mais eficiente de organizar as forças inteiras de toda nossa sociedade, a fim de resistir com êxito às pressões de fora, para a defesa contra a agressão, de qualquer procedência". A nova doutrina constou, de forma mais detalhada, na lei federal sobre a defesa nacional adotada em fevereiro de 1969, pouco antes da realização de congresso do LCY. Subseqüentemente, foi elaborada legalmente a Constituição Federal de 1974. Entre outros documentos sobre a matéria figuram as diretrizes do Praesidium SFRY para a defesa do SFRY e, em nível técnico legal, leis federais e republicanas sobre a defesa nacional. A diretriz mais recente foi emitida em 11 de julho de 1983 e contém os seguintes capítulos: A situação da Iugoslávia no Mundo Contemporâneo; a Fundação da Defesa do Povo; os Pontos Principais do Sistema de Defesa do Povo (a estratégia, a proteção e socorro à população e bens materiais; a garantia da continuidade do sistema sócio-político; o sistema sócio-político sob condições de guerra; as atividades sociais na defesa) e a cons-

ciência social dos trabalhadores e cidadãos.

Conforme mencionado supra, a Constituição Federal de 1974 enalteceu a defesa de todo o povo iugoslavo, a nível de princípios fundamentais sobre os quais se baseavam os sistemas social e político iugoslavos. Tal defesa é vista como complementar aos outros princípios que constam do preâmbulo da Constituição – autogerência e autogoverno, na política interna, e coexistência pacífica ativa, na política internacional. A doutrina da defesa de todo o povo iugoslavo expõe claramente os valores sociais que deve defender. As funções da defesa largamente descentralizadas até as aldeias, os distritos, as fábricas, escolas etc. são organicamente ligadas e delegadas como obrigações (particularmente) e também como direitos, às células societárias cujo funcionamento interno se baseia, ou deveria basear-se, principalmente na propriedade pública com mais amplos meios de produção. Todos os setores de grupos representativos (delegado) são encarregados, e têm poderes para tratar de assuntos de defesa dentro de sua própria alçada. A doutrina reflete a estrutura federal da Iugoslávia, o alto grau de autonomia política, econômica e cultural assegurado pelas repúblicas constituintes e regiões autônomas (o que, na opinião de alguns cientistas políticos e peritos legais equipara-se à categoria de confederação).

A doutrina refere-se a uma variação marxista da idéia de povo sob armas e patrocina o ponto de vista de Clausewitz sobre a guerra como a continuação da política por outros meios. A relação entre a doutrina e o sistema de defesa, de um lado, e o sistema de autogoverno e a auto-administração, do outro, é política e ideologicamente importante na Iugoslávia. Na prática, funciona em pelo menos três formas e desigualmente em diversas estruturas e áreas organizacionais. Obviamente, os princípios de auto-administração não podem ser direta e eficientemente aplicados ao funcionamento das Forças Armadas em si (embora esse ponto seja contestado por uns poucos exaltados). A aderência e o apoio à auto-administração são expressos, então, pelas Forças Armadas ao nível ideológico-simbólico, e indiretamente por intermédio da estrutura do estado e partido. Mais diretamente, os vínculos entre o sistema de defesa e o sistema civil de auto-administração e autogoverno são manifestados em uma parte da Defesa Territorial (unidades nas fábricas) e, particularmente, no sistema de defesa civil.

A ênfase sobre autoconfiança e a tentativa de evitar, no que for possível (principalmente em tempo de paz), laços militares com potências e blocos externos corresponde, claramente, à política estrangeira da Iugoslávia de não-alinhamento e reflete diversas amargas desilu-

sões no passado que não ajudaram o país a preservar sua existência, muito menos sua independência. A doutrina tenta aproveitar, tanto quanto possível, na posição geopolítica reconhecidamente melindrosa do país, entre os flancos meridionais das duas alianças políticomilitares mais poderosas - NATO e WTO. A doutrina, embora geralmente evoluindo com alto senso de crítica aos blocos, faz distinção entre NATO e WTO, considera assimétricos seus interesses para com a Iugoslávia e ignora, propositadamente, qualquer relacionamento protecionista com qualquer dos dois.

A doutrina divide, em duas categorias básicas, as possíveis formas de ataque contra a Iugoslávia: a agressão com finalidades limitadas e a agressão com finalidades não-limitadas (radicais). Ela prevê diversas formas de agressão e determina, em princípio, quais as medidas a serem tomadas e os instrumentos a serem utilizados em cada caso. Contra cada severidade gradativa da agressão, existe uma combinação correspondente de combate armado (julgado como a forma principal de luta), isto é, a resistência ativa não armada e outras formas, cada uma subdividida em diversas categorias de defesa. As Forças Armadas devem estar preparadas para se engajarem numa luta armada frontal (nos casos mais críticos), combinada e de partisanos. Em época de guerra, todos os cidadãos fisi-

camente válidos têm o dever e direito inalienável de resistir à agressão. A doutrina considera o fator humano como pré-requisito decisivo para a dissuasão e defesa bem logradas, embora não subestime a importância das munições e da organização. Na hipótese de estourar a guerra total, cerca de treze milhões de iugoslavos (da população atual de 23,5 milhões) poderiam participar de todos os componentes e atividades do sistema de defesa. Dentre estes, cerca de oito milhões seriam habilitados a empunhar armas. Dada a relação entre o número de combatentes da resistência e as inumeráveis forças de ocupação que seriam necessárias, parece improvável que qualquer potência ou coalizão estivesse disposta a empenhar no teatro de guerra iugoslavo, por período prolongado, forças tão consideráveis.

Houve numerosas tentativas de classificação dos princípios básicos da doutrina de defesa iugoslava. Uma foi feita por um grupo de oficiais de alta patente e publicada no livro *A Defesa pelo Povo – Estratégia de Paz* (1977: Editora Militar, Belgrado) pelo então Secretário Federal para a Defesa Nacional, General do Exército Nikola Ljubić. Esse livro bem autoritário menciona seis princípios: universalidade (em vários ambientes e situações), totalidade, natureza composta, ofensiva (na defesa), economia de esforços e eficiência. O Secretário Federal

atual, Almirante da Frota Branko Mamula, em seu livro *O Mundo Contemporâneo e a nossa Defesa* (1985, Editora Militar, Belgrado), sugere uma ordem de princípios de certo modo diferente: guerra do povo inteiro exclusivamente defensiva; autosuficiência; criatividade e originalidade; não capitulação e não reconhecimento da ocupação; combate armado em massa em todo o território da Iugoslávia; a ofensiva em todos os níveis; guerra frontal, composta e partidária; unidade das forças armadas.

Como outros autores iugoslavos, B. Mamula acentua a coerência e o caráter completo da doutrina, como também realça o empenho em aperfeiçoá-la constantemente. A doutrina iugoslava, como muitas outras, tenta aproveitar o melhor em todos os setores. Não obstante procurar compensar os desejos, exigências e necessidades contrárias, constam nas mesmas contradições internas inevitáveis. Há uma tensão inegável entre a idéia antimilitarista de "nação sob armas" e as exigências da tecnologia militar moderna de um nível superior de profissionalismo, pelo menos nos serviços e setores mais tecnologicamente intensivos, como também com o velho conceito de um exército permanente. Outra fonte de tensão é aquela entre o alto grau de centralismo no sistema de defesa, o que é desejável por motivos tecnológico-militares e de eficiência, e o plura-

lista objetivo nacional, cultural, religioso, econômico, de classe etc., que faz parte da sociedade iugoslava. Outrossim, a necessária hierarquização funcional, o autoritarismo e o relativo isolamento social das forças armadas contrariam o gênio democrático, igualitário e libertário (anarquista) em muitas atividades civis. A tensão mais óbvia e familiar para muitos é a contradição entre o desejo de atingir a maior segurança possível externa (além da necessidade de satisfazer as necessidades e interesses coletivos dos próprios militares) e as limitações objetivas econômicas, tecnológicas, humanas e outras do Estado, ainda insuficientemente desenvolvido e cujas dimensões são aquém da média.

O desenvolvimento doutrinário que decorreu desde 1969 necessitou e incluiu o constante equilíbrio de pontos de vista teóricos e experiência prática no fortalecimento do muito ampliado sistema de defesa total. Desde há muito tempo, deu-se atenção prioritária à tarefa de acomodar-se a estrutura e organização das Forças Armadas às necessidades básicas da nova doutrina, como também à reelaboração daqueles seus elementos que davam lugar à confusão e interpretações contraditórias, particularmente sob condições de tensão. Essa tarefa, como também o progresso no combate à inércia, tanto na organização militar como na sociedade civil, foi realçada durante os exerci-

cios militares periódicos encenados em diversas regiões da Iugoslávia. Esses exercícios foram realizados para simularem-se diversos possíveis cenários de uma invasão estrangeira, e para ensaiar-se e avaliar-se, em condições simuladas, o estado de prontidão para a guerra nos vários segmentos do sistema de defesa. Uma das tarefas mais urgentes foi a coordenação correta e eficiente entre o exército permanente iugoslavo e a recém-Defesa Territorial. A considerável lacuna inicial entre essas duas partes básicas das Forças Armadas Iugoslavas foi preenchida, aproximando-se, ao exército permanente iugoslavo, a Defesa Territorial em termos de organização, mão-de-obra, armamentos, abastecimento e procedimentos de comando administrativos. As armas da Defesa Territorial foram modernizadas, a idade média dos soldados e oficiais foi consideravelmente diminuída e aproximada àquela dos elementos da unidade de reserva do exército permanente iugoslavo, a transferência dos oficiais do exército permanente iugoslavo para a Defesa Territorial e sua volta foi regularizada, os regulamentos da subordinação em situações de combate foram esclarecidos. Por outro lado, não puderam ser inteiramente eliminadas todas as disparidades entre as duas partes (política de mão-de-obra, escala de salários, padrões profissionais particularmente em matéria de uniformes, armamen-

os, equipamentos, etc.) e o relacionamento entre os dois permanece assimétrico. Apesar de ter muito maior quadro de reservistas e ter menor número de estabelecimentos permanentes, a Defesa Territorial tem verba orçamentária mais de dez vezes inferior àquela do exército permanente iugoslavo, seus acervos incluem somente poucas armas pesadas, seus armamentos estão tecnologicamente obsoletos em comparação com aqueles do exército permanente iugoslavo etc.

A atual doutrina iugoslava deve que esclarecer uma série de problemas relacionados com as consideráveis mudanças sociais, econômicas e demográficas ocorridas no país desde a última guerra. Muitas dessas mudanças tornaram mais difíceis, e às vezes até impossível a realização, a guerrilha dos partisans do modo que era praticada durante a Segunda Guerra Mundial. O nível de urbanização consideravelmente mais elevado, a acessibilidade por veículos automotores e particularmente por helicópteros, a industrialização, o despovoamento o que eram outrora as praças fortes dos partisans, a maior interdependência econômica, a menor auto-suficiência em alimentos, energia etc. do país como um todo e de suas partes todas essas considerações necessitaram a elaboração de meios de guerra apreciavelmente modificados em um ambiente mais urbanizado. Antes de 1941,

a Iugoslávia contava com somente três cidades de mais de 100.000 habitantes; hoje em dia, existem mais de 40. Bem mais da metade da população total mora atualmente nas cidades, enquanto que, em 1941, menos de um quarto morava em centros urbanos. Um dos problemas relativamente recentes relaciona-se com o grande número de "trabalhadores-hóspedes" iugoslavos, entre os mesmos diversas centenas de milhares de reservistas, trabalhando e morando semipermanentemente no Oeste. Outrossim, questões delicadas surgiram na hipótese de uma invasão estrangeira em massa: como proceder com a dispendiosa infraestrutura econômica e social, e o destino da população civil que não poderia, de maneira alguma, ser evacuada. Em seguida, outro conjunto de questões versa sobre a possibilidade de lançar mão da guerra especial: terrorismo, sabotagem, pressão psicológica em massa etc. Com o intuito de enfrentar essas ameaças em potencial, a doutrina de defesa iugoslava foi ampliada até a área de segurança, sendo, portanto, redenominada "a doutrina da defesa do povo e autoproteção social". Entretanto, a última parte permanece menos completa que a primeira. O perene problema atormentador é proveniente do crescente ritmo do desenvolvimento tecnológico-militar no mundo, mormente nos dois blocos militares contíguos. As limitações econômicas, cien-

tíficas, tecnológicas, políticas e outras não permitem que a Iugoslávia acompanhe seriamente esse desenvolvimento, nem que confie na assistência de fora ou adquira armamentos modernos em escala literal. Por outro lado, os líderes iugoslavos militares civis crêem que o país não pode se permitir a um retardamento no acompanhamento desse desenvolvimento, arriscando o perigo de achar-se desprovido de determinadas armas ultramodernas. A Iugoslávia buscava o caminho para sair-se desse apuro frustrante pelo expediente de combinar a importação de algumas armas pesadas, subsistemas, peças e numerosas licenças, a par do desenvolvimento da fabricação de armas no país (com esforços comensuráveis para incrementar exportações) e promover as pesquisas e desenvolvimento no próprio país. Não obstante, o fato de esta política ter sido proclamada oficialmente pelo Almirante Mamula como a política de 90 por cento de autosuficiência em armas, a mesma não conseguiu superar a considerável dependência tecnológica do país, mas, antes, modificou o nível e as formas desta dependência.

A vaidade de qualquer doutrina de defesa pode ser convincentemente consubstanciada somente numa guerra verdadeira, e as melhores doutrinas nunca são postas à prova. Fiquemos na esperança que o aspecto dissuasório do sistema de defesa iugoslavo poderá poupar ao

país mais um suplício sangrento.

BIBLIOGRAFIA

1. Josip Broz-Tito *Vojna djela* (Military Works), 1978, MPH, Belgrade, vol. 5.
2. SFRY Praesidium *Smernice za obrambo SFRJ* (Directives for the SFRY's defense) in *Obramba in zascita*, 1983, no. 5, pp. 7-21.
3. Branko Mamula *Savremeni svijet i naša odbrana* (The Contemporary World and Our Defense), 1985: Military Publishing House, Belgrade
Branko Mamula Discourses in the Federal Assembly of Yugoslavia (November 27, 1985, Novembro 26, 1986) and at the XII LCY congress in Belgrade, June, 1986.
4. Nikola Ljubicic *Opstenačodna odbrana – strategija mira* (All-peoples's Defense-Strategy of Peace), 1977: MPH, Belgrade.
5. Viktor Bubanj *Doktrina pobjede* (The Doctrine of Victory), 1972: MPH, Belgrade.
6. Robert W. Dean *Civil-military relations in Yugoslavia 1971-1975*, 1976: Armed Forces and Society, no. 1.
7. Adam Roberts *Nations in arms*, 1976: Chatto & Windus, London
Adam Roberts *The Yugoslav experience in all-people's defense*, 1978, Brassey's Defense Yearbook 1978/1979, London
Adam Roberts *The future of militia armies in the face of military technological developments in The defense of small and medium-sized countries*, 1982: Center for Strategic Studies, Tel-Aviv.
8. A. Ross Johnson *The role of the military in Communist Yugoslavia*, 1978: Rand Corporation paper, Santa Monica.
9. Robin Alison Remington *The military as an interest group in Yugoslav politics in Civil-Military Relations in Communist Systems*, 1978: Westview Press, Boulder.
10. Vojin Dimitrijevic *Concepts of security of small and medium-size European*

- states: Yugoslavia, 1982: UNIDIR, Geneva.
11. Remeo Lukic *La dissuasion populaire Yougoslave*, 1985: CIPES, Paris.
 12. Anton Bebler *Razvitak jugoslovenske vojne doktrine* (The development of the Yugoslav military doctrine), 1985: *Politicka misao*, no. 4, Zagreb.
 13. Mensur Seferovic, ed. *Armed Forces of the SFRY*, 1976: *Norodna Armija*, Belgrade.
 14. Borislav Slikic *Druzbenopoliticni sistem SFRJ v izrednih razmerah in vojni* (Sociopolitical system of the SFRY in emergency and war), 1986: *Poslovna politika*, Belgrade.
 15. Milan Ateljevic, Alksandar Petkovic *Komiteji za SLO in DS* (Committees for All-People's Defense and Self-Protectin), 1986: *Poslovna politika*, Belgrade.
 16. *The Military Balance 1985-1986*, 1985: The International Institute for Strategic Studies, London.
 17. *Arms Transfers 1985*, 1985: U. S. ACDA, Washington.



ANTON ALEX BEBLER – Cientista político, nascido em 1937, na Iugoslávia. É bacharel em Estudos Eslavos e mestre em Ciências Políticas pela Universidade de Belgrado, além de PhD em Ciências Políticas pela Universidade de Pensilvânia. Possui cursos de extensão das universidades de Moscou, Ljubljana, Princeton e Londres e do Instituto de Estudos Políticos de Paris, entre outros. É professor efetivo de Ciências Políticas da Universidade de Ljubljana e professor visitante das universidades de Illinois e Califórnia. Autor de mais de 200 artigos publicados em jornais iugoslavos, expositor em congressos e seminários realizados na Alemanha Ocidental, Estados Unidos, França e Canadá, é editor e co-autor de diversas obras, no campo das Ciências Políticas.